



**UNISUL**

**UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA**

**MARIA LUIZA DE SOUSA**

**O QUE ACONTECE COM O ADOLESCENTE QUE COMPLETA A  
MAIORIADADE E PRECISA SAIR DE UM ABRIGO INSTITUCIONAL NO  
MUNICÍPIO DE PALHOÇA?**

Palhoça

**MARIA LUIZA DE SOUSA**

**O QUE ACONTECE COM O ADOLESCENTE QUE COMPLETA A  
MAIORIDADE E PRECISA SAIR DE UM ABRIGO INSTITUCIONAL NO  
MUNICÍPIO DE PALHOÇA?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Curso de Jornalismo da Universidade do  
Sul de Santa Catarina como requisito parcial à  
obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Orientador: Prof. Fernando Evangelista

Palhoça

2019/1

Dedico este trabalho aos meus pais e a minha irmã, por todo amor e apoio. Sem eles eu não teria chegado até aqui.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus e a Nossa Senhora por terem guiado meus passos e me dado sabedoria para seguir com fé e determinação.

Aos meus pais por terem me ajudado com as despesas da faculdade, sem eles eu não conseguiria realizar meu sonho.

A minha irmã e ao meu cunhado, Amanda e Felipe, por sempre terem incentivado e acreditado na minha escolha de ser jornalista. Além de vibrarem com as minhas conquistas dentro dessa área.

Ao meu orientador, Fernando, que embarcou nessa comigo e fez com que eu me apaixonasse ainda mais pela reportagem e pelo jornalismo.

Aos meus amigos, Caique e Welliton, que me ajudaram com a gravação dos áudios.

Aos adolescentes que aceitaram dividir comigo um pouco de suas histórias e as funcionárias do abrigo Inovar que abriram as portas da casa para mim.

In memória, meus avós, João e Natália, pois tenho certeza que onde quer que estejam estão orgulhosos da minha conquista.

Por fim, a todos os meus familiares e amigos que estiveram comigo nesta longa caminhada.

## **RESUMO**

O presente trabalho, que constitui-se em formato de grande reportagem multimídia, traz a história de dois jovens que completaram a maioridade em um abrigo do município de Palhoça e uma jovem que se prepara para o momento do desligamento. Com base em pesquisas e entrevistas, este Trabalho de Conclusão de Curso mostra quais os desafios que os adolescentes encontram ao sair dos abrigos, como a falta de repúblicas na Grande Florianópolis que prejudica os jovens. Além disso, aborda o Programa Novos Caminhos e o Centro de Recuperação Nova Esperança como opções de apoio para o tão esperado 18 anos.

Palavras-chave: adolescentes, maioridade, abrigos, repúblicas, desligamento, desafios.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>2. JUSTIFICATIVA .....</b>	<b>ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.</b>
<b>3. OBJETIVO.....</b>	<b>4</b>
<b>4. DESCRIÇÃO DO PRODUTO .....</b>	<b>5</b>
<b>5. MÉTODOS E TÉCNICAS UTILIZADAS.....</b>	<b>6</b>
<b>6. CONCLUSÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>10</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso é uma grande reportagem multimídia e tem como proposta descobrir o que acontece com os adolescentes que completam a maioridade e precisam sair do abrigo institucional do município de Palhoça. Nesse trabalho também será abordada a história de vida de dois jovens que já completaram seus 18 anos e saíram da instituição e de uma jovem que tem 17 anos e se prepara para o desligamento.

Além disso, o presente trabalho traz um programa do Tribunal de Justiça de Santa Catarina e uma ONG que ajudam no momento de transição para a vida adulta.

A escolha do tema veio a partir do projeto “308 Solidária”, o qual ajuda crianças e adolescentes abrigados, doando produtos de higiene, roupas, sapatos, entre outros itens. Os questionamentos foram surgindo conforme a convivência dentro da instituição. A partir destas visitas, aumentou a curiosidade de saber quais são as medidas tomadas pelo governo e pelas instituições para prepará-los para a vida adulta e os auxílios que os jovens recebem.

Conforme o Capítulo III, Seção I do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a criança ou adolescente que tenha seus direitos violados é afastado do seu convívio familiar para que a sua segurança seja garantida. Esses casos, segundo as orientações do ECA, só devem ocorrer em situações excepcionais.

Art. 19. É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral. (BRASIL, 1990)

A reintegração familiar deveria ser feita num período de 1 ano e 6 meses, conforme a Lei nº 13.509, alterada pelo ECA em 2017, mas em alguns casos esse prazo não é cumprido. Os adolescentes que permanecem em abrigos, muitas vezes completam a maioridade e precisam seguir a vida fora da instituição.

Em tese, os adolescentes quando são acolhidos recebem ensinamentos sobre sua autonomia, pois a instituição deve garantir que a opinião do jovem seja respeitada e ouvida pelos demais. Os abrigados também têm o direito de organizar seu próprio espaço (roupas, quarto, etc.) para que construam sua identidade e personalidade.

No livro *Orientações técnicas: Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes*, coordenado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e pelo Conselho Nacional de Assistência Social, que foi utilizado como principal base de pesquisa teórica, consta que o atendimento feito durante o acolhimento deve construir gradativamente a capacidade do jovem de se responsabilizar pelas suas ações e escolhas. Além disso, todo jovem que completa 18 anos deve receber apoio, indo morar em uma república como forma de transição até o momento que ele consiga arcar com suas despesas.

Com pesquisas e entrevistas chega-se à conclusão de que na Grande Florianópolis essas repúblicas não existem, ou o jovem recebe apoio dos servidores do abrigo, se estabelece por conta própria ou procura o Centro de Recuperação Nova Esperança (Cerene), que faz o papel de “república” em Palhoça, mas apenas para homens.

Na Grande Florianópolis, os acolhidos também contam com o Programa Novos Caminhos, que têm por objetivo potencializar e contribuir para a construção da autonomia dos adolescentes com idade superior a 14 anos, melhorar a perspectiva de vida destes jovens a fim de que eles tenham um futuro de qualidade.

Para construção do trabalho foram realizadas entrevistas com adolescentes que já completaram 18 anos e uma jovem de 17 anos que está se preparando para o desligamento. Também foram realizadas entrevistas com o juiz corregedor do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, a oficial da Infância e Juventude de Florianópolis, a gerente, psicóloga e pedagoga do abrigo e com o proprietário e diretor financeiro do Residencial Psiquiátrico Bom Viver, que acolhe os adolescente que completam a maioridade mas não tem condições de se manter por conta própria, por causa de transtornos mentais ou vulnerabilidade social.

## 2. JUSTIFICATIVA

O tema escolhido tem pouca visibilidade na sociedade, muitas pessoas, segundo pesquisas realizadas para este trabalho, não sabem ou nunca pararam para pensar sobre a vida do adolescente após o abrigo.

Não há trabalhos sobre o tema na região, tornando-se ainda mais relevante para a sociedade em geral, pois as pessoas tendem a julgar os jovens por largarem os estudos ou por deixarem o emprego que tinha tudo para dar certo, mas esquecem que nem todos tiveram uma família estruturada ou receberam apoio do governo para saber exatamente por onde seguir.

Depois dos 18 é uma grande reportagem multimídia que mostra como esse jovem se comporta a partir do momento que vai se aproximando do desligamento e como ele segue a vida após o abrigo. Também aborda o quanto é aplicado e funciona na prática a metodologia para que o adolescente seja inserido na comunidade de forma autônoma e com uma qualificação profissional, como descreve livro de Orientações Técnicas: Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes.

O Projeto Político Pedagógico deve prever metodologia voltada à construção e fortalecimento de vínculos comunitários significativos, à aplicação do acesso à educação, à qualificação profissional e à progressiva autonomia do adolescente para o cuidado consigo mesmo e o cumprimento de suas responsabilidades. (BRASIL, 2009)

Como repórter e ligada a causas sociais, tenho a convicção de que esse tema é relevante para a sociedade como um todo e da importância em dar visibilidade a um assunto que é pouco comentado e quando questionado tentam ao máximo “abafar”.

Além disso, busco a reflexão da sociedade e das empresas que muitas vezes fecham as portas para o jovem que saiu de um acolhimento.

### 3. OBJETIVO

O objetivo desta grande reportagem é analisar e descrever a vida de um adolescente que vive em um abrigo institucional no município de Palhoça. Identificar os problemas que os jovens enfrentam na transição para a vida adulta e tentar compreender a relação dos acolhidos com os funcionários que muitas vezes dão suporte após o desligamento.

Compreender melhor o Projeto Novos Caminhos - iniciativa da equipe da Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude (CEIJ), do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, junto com a Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) e com a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), que acompanha individualmente cada jovem e depois encaminha para programas de qualificação, escolaridade, entre outras atividades que desenvolvam a autonomia e o Centro de Recuperação Nova Esperança (Cerene) que é uma ONG - considerada uma das 100 melhores do Brasil pela revista Época e pelo Instituto Doar, em 2018 - abre as portas para os jovens acolhidos de Palhoça que ao completarem a maioridade não possuem uma estabilidade financeira

Como objetivos específicos: criar a grande reportagem com base nas histórias dos adolescentes maiores de 18 anos e uma adolescente em acolhimento para identificar quais são os caminhos seguidos por eles após o desligamento, se existe receio de sair do abrigo e viver como um adulto, pagando contas, estudando, trabalhando para sustentar um lar.

Mostrar as expectativas dos jovens enquanto estavam em acolhimento e a realidade dos mesmo após o desligamento para gerar uma reflexão na sociedade.

#### 4. DESCRIÇÃO DO PRODUTO

A curiosidade em saber realmente o que acontece com os adolescentes que completam a maioridade, tanto os que possuem capacidade em viver sozinhos quanto os que tem algum transtorno mental e necessitam de acompanhamento 24 horas, quais as dificuldades que enfrentam, as expectativas que são quebradas após a saída, os apoios e os preconceitos que sofrem por vir de uma instituição de acolhimento, faz com que essa grande reportagem multimídia gere uma reflexão e um debate sobre esses assuntos e aborde dados da região da Grande Florianópolis, assim como de Santa Catarina.

Os fatores que levaram a ser uma grande reportagem multimídia foi a questão do envolvimento do público com o conteúdo. Por ser um tema de baixa visibilidade nos dias de hoje, trazer histórias, fotos, dados, áudios faz com que a pessoa que pare para ler se interesse ainda mais pelo assunto e saia do que chamam de “maçante”.

Ao mesmo tempo, a grande reportagem multimídia faz com que eu exercite diferentes áreas do jornalismo, desde a pesquisas, entrevistas, gravações de áudio, até a fotografia e edição em site. Além disso, proporciona aprender na prática as dificuldades que o jornalista enfrenta no seu dia-a-dia para conseguir conciliar todas as entrevistas com o tempo de apuração e finalização da matéria.

Outra motivação que me levou a fazer uma grande reportagem multimídia foram as matérias da jornalista Ângela Bastos, os livros Todo dia a mesma noite: a história nunca contada da Boate Kiss e o Nascimento de Joyce, respectivamente, das jornalistas Daniela Arbex e Fabiana de Moraes, além do documentário dirigido por José Padilha, sobre o sequestro do Ônibus 174. A forma como esses profissionais abordam histórias dramáticas sem precisar utilizar-se da vitimização foi o ponto chave para que eu quisesse fazer o mesmo no produto final, falar a real situação do adolescente após o desligamento sem a necessidade de dramatizar a sua história.

## 5. MÉTODOS E TÉCNICAS UTILIZADAS

Para realização da grande reportagem multimídia foram realizadas entrevistas com diferentes fontes, entre elas adolescentes, gerente do abrigo, psicóloga e pedagoga da instituição, assistente social da Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis, juiz corregedor do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, oficial da Infância e Juventude de Florianópolis e o responsável pelo Residencial Psiquiátrico Bom Viver, além das pesquisas, leitura de artigos e das leis do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), para melhor compreensão do tema.

Desta forma divido minha produção em três partes: pré-produção, produção e pós-produção.

A pré-produção foi o momento de descobertas, pesquisas para saber a melhor forma de abordagem para o referente tema e as negações por parte das responsáveis pelos abrigos no município de Palhoça. Após grandes insistências e ligações para conseguir ter acesso ao abrigo e aos adolescentes consegui enfim um contato, porém com algumas restrições. Apesar do adolescente já ter completado seus 18 anos e não fazer mais parte do abrigo tivemos que conversar dentro da instituição com as coordenadoras por perto, foi um momento de tensão para os jovens que mal conseguiam se expressar. Com paciência e conversas consegui a confiança deles e da gerente do abrigo que mais tarde cedeu o contato de outro jovem que já havia deixado a instituição.

A produção foi o momento de colocar em ação as técnicas jornalísticas aprendidas durante o curso, adaptando a conversa e as perguntas conforme as fontes. Tirar fotos que representassem os adolescentes, mas que não mostrassem seus rostos, além de contar com a parceria de dois amigos da Unisul, Wellinton Oliveira Heinz e Carlos Henrique Costa de Souza, que ‘doaram’ suas vozes para contar momentos da história de cada adolescente. Neste momento também recebi alguns nãos que me fizeram rever a forma como eu iria colocar essas histórias no papel. Foi preciso também abrir mão do audiovisual, pois não teria conteúdo suficiente, ficou ‘raso’ para o trabalho proposto e não teve uma utilidade para narrativa.

Por último, a pós- produção que foi um momento de escolhas, entre colocar uma fala do entrevistado ou retirá-la, as frases que eu iria utilizar nos áudio para que trouxesse o

impacto certo e não uma vitimização da história daquele adolescente e também a entonação na voz dos meus amigos para que ficasse o mais natural possível. A grande reportagem aborda assuntos e histórias diferentes que se mesclam entre si, para que ficasse uma leitura mais agradável e de melhor compreensão escolhi dividir a reportagem com subtítulos.

Com referência à estética que escolhi para o site, cores neutras, mas com interações constantes para que não ficasse apenas texto e mais texto, por isso a inserção de fotos, áudios, traços e setas.

## 6. CONCLUSÃO

Buscando compreender melhor a vida do adolescente que completa 18 anos e precisa sair de um abrigo institucional do município de Palhoça, este trabalho pode mostrar que assuntos delicados como este precisam ser explorados e divulgados, pois nem tudo que está no papel realmente acontece na prática.

Os jovens entrevistados tinham uma expectativa sobre a vida fora da instituição que acabou sendo quebrada após o desligamento. Sem um emprego fixo e uma estabilidade financeira para conseguir se manter os dois adolescentes precisaram recorrer ao Centro de Recuperação Nova Esperança (Cerene) que mesmo não tendo parceria direta com a prefeitura, abriu seu espaço em modo ‘república’ para que os jovens tivessem um apoio até conseguir uma nova reinserção na sociedade.

Com pesquisas e entrevistas foi possível chegar à conclusão de que há uma defasagem no momento do desligamento. Por mais que os jovens participem de programas e recebam orientações eles não estão preparados para gerir suas vidas. Em entrevista com a pedagoga e um dos adolescentes, eles deixaram claro que a autonomia é pouco trabalhada dentro da instituição, diferente do que recomenda o livro de Orientações Técnicas: Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes e isso faz com o adolescente acredite que a vida fora do abrigo não seja tão difícil.

Nessas entrevistas também foi possível descobrir o que acontece com os adolescentes que têm algum transtorno mental. Conhecer de perto o Residencial Psiquiátrico Bom Viver foi fundamental para compreender as dificuldades enfrentadas por eles, pois a maioria dos jovens que chegam lá por determinação do juiz acreditam que poderão trabalhar, montar uma família, pois são esses os incentivos que recebem no abrigo e a verdade é que eles não conseguem cuidar de si próprios, têm dificuldades em ver as horas, não vão para o banho sem serem mandados. Então os responsáveis por eles no Residencial precisam mostrar a realidade de cada um e incentivar a autonomia conforme a capacidade de aprendizagem de cada jovem.

Outra entrevista importante para chegar a esta conclusão foi a do juiz corregedor do Tribunal de Justiça de Santa Catarina – a justiça entende que ao completar 18 anos o jovem que acaba de se tornar um adulto já tem maturidade e estabilidade financeira suficiente para se

manter. Por isso, ao completar a maioria, alguns juízes, determinam o desligamento imediato.

## REFERÊNCIAS

ARBEX, Daniela. **Todo dia a mesma noite: a história não contada da boate Kiss**. Rio de Janeiro: Intrínseca Ltda, 2018.

BASTOS, Ângela. Surra de Abandonos. **Diário Catarinense**. Florianópolis, mar. 2018. Disponível em: <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/pagina/multiplos-abandonos.html>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente/ ECA Lei Federal nº 8069**, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. **Orientações Técnicas: Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**, de junho de 2009.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. **Programa Novos Caminhos**. 2013. Disponível em: <<http://novoscaminhos-sc.com.br/>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

INSTITUTO Fazendo História. 2005. Disponível em: <<https://www.fazendohistoria.org.br/>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

MORAES, Fabiana. **O nascimento de Joyce**. Porto Alegre: Arquipélago Editoria Ltda, 2015.

ÔNIBUS 174. Direção de José Padilha. Produção de José Padilha e Marcos Prado. São Paulo: Lk- Tel Vídeo, 2002. Color.

# Depois dos 18

(Link: <https://malusousa9.wixsite.com/meusite-1>)

*Com o olhar fixo em uma das prateleiras do supermercado, o jovem que há pouco tempo se tornou um adulto, não consegue escolher o seu shampoo. Este dilema não vem apenas por não saber qual a melhor marca ou o melhor preço, mas também por não saber qual o seu tipo de cabelo. Há tantos anos morando em uma instituição de acolhimento, recebendo doações, as coisas corriqueiras não eram tão importantes como são agora.*

Na semana que completaria seus 18 anos, João\* resolveu fugir do abrigo onde viveu toda a adolescência com sua irmã, um ano mais nova. Apesar das orientações repassadas constantemente pela psicóloga e pela gerente do abrigo, o jovem que já estava inserido no mercado de trabalho acreditou que a vida lá fora seria mais fácil do que estavam falando. A cada conselho que recebia, João baixava a cabeça e repetia “eu dou o meu jeito”.

Segundo o Artigo 18 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Capítulo II, todos devem cuidar da dignidade da criança e do adolescente, protegendo-os de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

O Capítulo II, alterado em 2014, com acréscimo do Artigo 18-A, diz ainda que “a criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los”.

Ainda de acordo com ECA, Capítulo III, Seção I, a criança ou adolescente que tenha seus direitos violados será, em casos excepcionais, afastada do seu convívio familiar para que a sua segurança seja garantida.

No Brasil, há quatro modalidades de atendimento para crianças e adolescentes que precisam de acolhimento: abrigo institucional, casa lar, serviço de acolhimento em família acolhedora e república.

Os abrigos institucionais são casas comuns inseridas dentro da comunidade sem conter nenhuma placa de identificação, acolhendo no máximo 20 crianças e adolescentes de 0 a 18 anos. Já a casa lar acolhe no máximo 10 crianças e adolescentes na mesma faixa etária. A diferença entre eles está nas pessoas em que cuidam desses jovens. No abrigo, são em torno de oito a 10 educadores que revezam de turno e na casa lar há um único educador que fica dia e noite com eles. As duas modalidades são compostas por um psicólogo e um assistente social.

No serviço de acolhimento em família acolhedora, as famílias se cadastram e passam por uma seleção, depois são supervisionadas para que seja certificado que existe condições de acolhimento. Cada família pode acolher uma criança por vez ou um grupo de irmãos e não deve ter interesse em adoção, pois a ideia inicial é que a criança ou adolescente volte para a família de origem.

Já as repúblicas são casas de apoio a jovens que completaram a maioridade e não conseguem se sustentar por conta própria. Essa casa também deve se encontrar em uma área residencial. Nesse ambiente, o jovem trabalha sua autonomia para construir uma vida fora da entidade num período de seis meses.

O município de Palhoça, na Grande Florianópolis, conta com apenas duas das quatro modalidades, abrigo institucional e serviço de acolhimento em família acolhedora.

Luciamar Bittencourt Espindola, gerente do abrigo da Palhoça, explica que a partir dos 14 anos o adolescente já pode ingressar no mercado de trabalho por meio do jovem aprendiz. “Nós encaminhamos os jovens para o mercado de trabalho para que fortaleçam a autonomia e para que consigam se emancipar e se autosustentar mas, infelizmente, a gente nem sempre alcança aquilo que almeja, alguns saem por conta própria, antes mesmo de estarem preparados”, avalia.

A reintegração familiar deveria ser feita num período de um ano e seis meses, conforme a Lei nº 13.509, alterada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente em 2017, mas em alguns casos esse prazo não é cumprido. Os adolescentes que permanecem em abrigos, muitas vezes completam a maioridade e precisam seguir a vida fora da instituição.

A Grande Florianópolis, composta por 22 municípios, não possui a modalidade de república. Os jovens que completam a maioria e precisam sair das instituições recebem auxílio dos servidores ou contam com o apoio de ONGs que abrem seus espaços para acolhê-los.

De acordo com juiz corregedor do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Rodrigo Tavares Martins, na sistemática legal, ao completar 18 anos o adolescente deve ser desligado da instituição. Perante a lei ele já passa a ser portador de todos os direitos civis e deixa de ser tutelado pelo ECA. “Isso é o que diz a lei, mas na prática alguns juizes acabam tolerando a permanência durante um período pela falta de perspectiva para aquele adolescente”, reconhece.

Após completar 18 anos, João acabou perdendo seu emprego e o sonho de se estabelecer financeiramente para ter a guarda da irmã. Sem emprego e sem concluir o ensino médio, João viu as dificuldades aumentarem. O adolescente que gosta de lutar jiu-jitsu, precisou baixar a guarda e voltar à instituição no município de Palhoça para pedir ajuda.

O abrigo voltou a orientá-lo e indicou o Cerene (Centro de Recuperação Nova Esperança), para que ele utilizasse o espaço em modo república.

Associação civil sem fins lucrativos, o Cerene realiza atendimentos para reabilitação de dependentes químicos (álcool e outras drogas) com o objetivo de mudar o comportamento e melhorar a qualidade de vida deles e dos seus familiares.

Apesar do Centro ser um espaço para dependentes químicos, a ONG - considerada, em 2017, uma das 100 melhores do Brasil pela revista Época e pelo Instituto Doar - abre as portas para os jovens acolhidos de Palhoça que ao completarem a maioria não possuem estabilidade financeira.

A unidade em Palhoça já existe há 23 anos e está localizada a 10,4 km do centro do município. O Cerene conta com um amplo espaço aberto, com vista para o mar, o jovem acolhido em modo república precisa cumprir apenas as regras básicas da casa e os horários. Os adolescentes podem receber visitas ou passar o final de semana fora da unidade desde que avise os responsáveis que não retornará naquela noite.

Os psicólogos que trabalham na ONG, Eduardo da Rosa Andrade e Rodrigo Morfim, explicam que o Cerene no momento não tem parceria direta com a Prefeitura de Palhoça. Mesmo sem essa ligação a unidade já acolheu quatro jovens que completaram a maioridade e não tinham condições financeiras para alugar um espaço e arcar com as demais despesas diárias.

De acordo com Eduardo, o Cerene serve de trampolim para os jovens. “Eles podem ficar por tempo indeterminado, até que consigam uma reinserção na sociedade”.

### **A CAMINHO DA MARINHA BRASILEIRA**

Fernanda\*, 17 anos, chegou há poucos meses no abrigo e já traçou planos para o futuro: terminar o ensino médio, trabalhar, poupar, alugar uma casa e focar nos estudos para realizar seu sonho de entrar para a Marinha brasileira.

Diferentemente de seu colega, a jovem sabe que o mundo fora da instituição não é tão simples quanto aparenta. Determinada em alcançar seus objetivos, Fernanda diz que escuta com atenção todas as dicas que recebe das funcionárias do abrigo.

Para os adolescentes interessados em aprender mais sobre como se comportar em uma entrevista de emprego, quais os documentos necessários ou tenham interesse em realizar algum curso para aperfeiçoar seu currículo, existe o Programa Novos Caminhos.

Iniciativa da equipe da Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude (CEIJ), do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, junto com a Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) e com a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), o programa acompanha individualmente cada jovem e depois encaminha para atividades de qualificação, escolaridade, entre outras ações que desenvolvam a autonomia.

A ideia do programa é potencializar e contribuir para a construção da autonomia dos adolescentes com idade superior a 14 anos, melhorar a perspectiva de vida destes jovens a fim de que eles tenham um futuro de qualidade. No momento, 48 jovens da Grande Florianópolis participam do Programa e recebem transporte gratuito para se locomoverem até seus cursos.

Para a oficial da Infância e Juventude de Florianópolis, Renata Perottoni, que também é responsável pelo Programa Novos Caminhos na região sudeste de Santa Catarina, a

desigualdade entre um jovem que vem de uma família estruturada para um proveniente de acolhimento é muito alta. Muito desses adolescentes saíram de comunidades carentes e não tiveram oportunidade de estudar, sendo assim existe uma distorção em relação à idade/série que precisa ser reparada antes de entrarem para o mercado de trabalho.

Muitos dos jovens que se encontram em acolhimento - destaca Renata - ainda têm a dificuldade de aceitar que sua vida pode seguir por um caminho diferente. “Às vezes, eles encontram um obstáculo e já querem desistir porque o único pensamento é: se nada deu certo até agora, por que vai dar agora?”, observa.

Ficar sem emprego fez com que João se sentisse decepcionado consigo mesmo por ter desapontado a irmã. Mas também fez com que o jovem refletisse sobre sua vida. Atualmente, o adolescente procura um emprego para dar continuidade no que havia planejado quando se encontrava acolhido.

### **MEU VIOLÃO E AS DIFICULDADES DA VIDA ADULTA**

Rafael\* não queria voltar e não queria que sua irmã voltasse para a família de origem. A divergência entre eles causou uma angústia no jovem que se sente responsável pela irmã.

Atualmente com 19 anos, Rafael trabalha em três lavações de carro na região de Palhoça. Ao chegar no abrigo com sua irmã, ele tinha o sonho de finalizar o ensino médio e ingressar na faculdade de administração. Ainda no abrigo, o jovem conseguiu um emprego na área administrativa de uma empresa como jovem aprendiz e se destacou no serviço.

Apesar de ser constantemente elogiado pelo chefe, o adolescente que havia saído do abrigo há um mês por completar a maioridade, pediu demissão.

(**ÁUDIO:** “Quer saber mesmo por que eu saí do emprego que tinha tudo para dar certo? Porque eu queria muito um violão. Eu sou apaixonado por violão, só que no momento eu não tinha dinheiro para comprar. Eu pedi minhas férias e eles acharam ruim, então eu pedi demissão porque seriam obrigados a me pagar e desse jeito eu teria condições de comprar meu violão”).

Sem emprego e sem condições de pagar o aluguel da casa que dividia com um amigo, Rafael foi para o Cerene, mas ficou três meses. O ensino médio foi interrompido no segundo ano e a vontade de fazer uma faculdade foi deixada de lado.

“Eu acho que a vida da criminalidade não é para mim, mas é só isso que me aparece no momento, tu entendes?”, pergunta com um ar de tristeza na fala e nos olhos. Antes de alguma resposta, Rafael prossegue dizendo “as pessoas só sabem falar ‘ó, o vagabundo que mal trabalha e não quer estudar’, mas ninguém para do meu lado e pergunta sobre a minha história, eles simplesmente me julgam”.

Ao andar nas ruas da cidade com seus amigos, Rafael diz ser constantemente parado pela polícia e, em duas abordagens, os policiais o questionaram sobre um boletim de ocorrência por agressão contra a mãe. Rafael garante que nunca agrediu sua mãe e se diz chateado por saber da acusação.

A gerente do abrigo, que estava acompanhando a entrevista, estranhou e perguntou o que realmente aconteceu para que esse boletim de ocorrência tivesse sido registrado. O adolescente pensou um pouco e falou: “eles não se importam com a minha irmã e agora ela está grávida, eu sei que isso é consequência das escolhas dela, mas ela não recebe orientação e isso me deixa indignado porque eu não queria que ela voltasse. Foi por isso que eu liguei ameaçando a minha mãe, mas eu nunca faria nada contra ela”, afirma.

Em Santa Catarina, existe 205 serviços de acolhimento, entre eles 105 são abrigos institucionais, 23 casas lar e 71 programas de família acolhedora criados pelos municípios. No total, são 1.410 crianças e adolescentes acolhidas no Estado. Destes, segundo a Comissão Estadual Judiciária de Adoção, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, em torno de 10% encontram-se disponíveis para adoção, pertencentes a grupos de irmãos, maiores de 10 anos ou com intercorrências de saúde.

Dos 22 municípios da Grande Florianópolis, apenas quatro têm serviço de acolhimento, entre eles estão os municípios de Biguaçu (3), Florianópolis (10), Palhoça (4) e Tijucas (1). Ao todo, no mês de junho deste ano, havia 244 crianças e adolescentes em situação de acolhimento na região.

Em poucos meses, Fernanda irá completar a maioridade, mas como começou a trabalhar no mês passado como jovem aprendiz e ainda não tem condições financeiras para se manter fora da instituição, ela vai permanecer no abrigo.

A psicóloga Cristina Borgert Coelho, que faz parte de uma das equipes do abrigo de Palhoça, faz uma observação sobre o desligamento na região. “Somos a favor do desligamento do jovem quando percebemos que ele está organizado financeiramente e tem estrutura para se manter fora da instituição, caso contrário, ele fica até se estabilizar ou até os 21 anos”.

A psicóloga enfatiza ainda que se o adolescente fugir do abrigo e completar 18 anos fora da instituição, ele não pode mais retornar, ou seja, é feito o desligamento. “A única coisa que podemos fazer é auxiliá-lo, assim como fizemos com o João, indicando o Cerene”.

João ainda guarda dentro de si a vontade de ser professor de educação física e diz que hoje percebe o quanto o estudo pode mudar a vida de uma pessoa. É por isso pretende retomá-lo.

(**ÁUDIO:** “Se eu pudesse voltar no tempo eu continuaria estudando, porque hoje eu vejo que é através dos estudos que temos mais oportunidades e mais chances de entrar para o mercado de trabalho”).

Já Rafael sabe da importância de se ter um ensino médio completo e uma graduação, mas diz que mesmo assim ele prefere viver o agora. “Eu não sou como vocês que pensam no futuro, eu prefiro viver o momento”.

(**ÁUDIO:** “Eu só peço que não criem expectativa sobre mim, não fiquem falando ‘ahh o Rafael vai trabalhar, vai estudar e vai ser um ótimo garoto’ porque eu não sei se vai ser isso. No momento eu sou uma boa pessoa, mas daqui a uns anos eu não faço a mínima ideia se continuarei sendo, então, por favor, não criem expectativa”).

Segundo a gerente do abrigo, Luciamar, os jovens acolhidos não estão totalmente preparados para sair da instituição. “Os adolescentes em geral já têm dificuldade de sair da casa dos pais, então imagina um jovem que não tem uma base familiar estruturada. Muitos passarão por frustrações e até por necessidades, mas o abrigo tenta ao máximo criar uma rede de apoio para que ao se depararem com os obstáculos eles tenham com quem contar”.

Rodrigo, juiz corregedor do TJSC, lembra da importância do projeto apadrinhamento afetivo e o quanto ele pode ajudar o jovem após o desligamento. “Quando se tem esse projeto em ação é melhor, porque quando o adolescente for desacolhido ele terá uma pessoa de referência para buscar”.

O magistrado diz ainda que muitos desses jovens acabam procurando suas famílias biológicas, das quais foram retirados, justamente por essa falta de referência e falta de condições de se manter.

A psicóloga Cristina diz que a instituição precisa ser rigorosa em relação ao salário que o jovem recebe, porque eles não possuem um controle e não conseguem administrar seu próprio dinheiro. “Eles precisam sempre guardar uma quantia por mês e quando resolvem gastar com alguma coisa é necessário que nos tragam a nota fiscal”.

A psicóloga ressalta ainda que os jovens abrigados não têm noção dos preços dos produtos básicos como, por exemplo, uma pasta ou escova de dente. “Como eles ganham todos esses produtos e muitas vezes não receberam orientações sobre o custo, precisamos ensiná-los a ter cuidado com as coisas básicas, até porque, se deixarmos, eles usam uma escova de dente por semana”.

Após o desligamento, o dinheiro poupado durante o acolhimento é transferido para a conta do adolescente e passa a ser de sua responsabilidade. Segundo Cristina, já existiram casos desastrosos, porque o jovem recebeu o dinheiro e achou que estava rico, então ele saiu comprando coisas fúteis, correntes, sons, bicicletas e quando viu o dinheiro acabou.

A pedagoga do abrigo, também de Palhoça, Renata Almeida, fala que são incansáveis as orientações repassadas a eles sobre o valor do aluguel, água, luz, entre outros gastos. “Repetimos isso várias vezes, mas quando chega o momento de ter responsabilidade de gerenciar o dinheiro eles se desorganizam”.

A pedagoga acredita que isso também acontece porque no abrigo eles não têm nenhum movimento de autocuidado, os médicos, por exemplo, são marcados e os exames agendados por terceiros. “Dentro da instituição eles não precisam gerir suas vidas nesse sentido, mas quando a maioria chega são surpreendidos pois ela exige maturidade que eles acabam não

tendo”, destaca. Rafael concorda que existe essa defasagem dentro do abrigo. “Eu achei que o mundo lá fora seria fácil, porque dentro do abrigo ganhamos tudo na mão”, comenta.

### **É PRECISO SABER A VERDADE PARA COMPREENDER O FUTURO**

Os serviços de acolhimento também recebem crianças e jovens que tenham alguma necessidade especial. O adolescente que vive nos abrigos de Palhoça, que não tem um retorno para família e completa a maioridade dentro da instituição é encaminhado para uma clínica ou residencial de longa duração custeados pelo município, com um acompanhamento da coordenação do abrigo por um período de seis meses a um ano. Após esse tempo o adolescente é acompanhado pelo responsável do local ou por um tutor nomeado judicialmente.

Além disso, o jovem recebe o Benefício da Prestação Continuada (BPC), da Lei Orgânica da Assistência Social, da qual tem direito a um salário mínimo por mês já que não tem condições de se manter. Esse dinheiro, tanto no abrigo quanto no residencial, fica sob os cuidados dos responsáveis legais do adolescente e só é utilizado em casos necessários como, por exemplo, para comprar um perfume do seu gosto pessoal, uma roupa ou algum produto de higiene pessoal que o jovem queira.

Com portões e muros altos, o Residencial Psiquiátrico Bom Viver se mistura com as demais residências do bairro Ponta de Baixo, em São José.

A casa de dois pisos, que fica no final do amplo jardim, tem redes de proteção nas janelas para que a segurança dos pacientes seja preservada. Portas e janelas permanecem abertas durante todo o dia, mas nenhum dos acolhidos se arrisca em sair. Essa regra, segundo o proprietário, Matheus Ávila, não foi ditada para eles. “Isso é algo que eles mesmo determinaram, porque podem circular pelo pátio a hora que quiserem, mas não o fazem”, constata.

Já dos portões para fora, os pacientes só podem sair acompanhados de um responsável. Para o lazer são levados a passeios em shopping, praias, outros lugares de interesse.

O Residencial Psiquiátrico acolhe os jovens dos abrigos de Palhoça que estejam em vulnerabilidade social ou tenham algum transtorno mental que impossibilite viver sozinho.

Atualmente, o residencial, que já existe há 20 anos, está com dois jovens do município abrigados.

Matheus, que também é diretor financeiro, comenta que muitas vezes o adolescente que sai do abrigo e vai para o residencial chega com a ideia de que vai trabalhar, montar uma família, entre outras coisas. “Isso acontece porque no abrigo eles escutam o tempo todo essas questões de autonomia e de independência, porém quando eles chegam aqui precisamos ser sinceros e mostrar a realidade, pois nem todos tm condições de entrar para o mercado de trabalho e gerir suas vidas sozinhos, alguns não conseguem ver as horas ou precisam ser mandados para o banho, se a gente não mandar, eles não vão, entende?”.

Apesar desse choque de realidade, os adolescentes são estimulados a estudarem e a se desenvolverem de uma melhor forma. “Nós incentivamos o aprendizado e a autonomia, mas cada um no seu tempo, porque não adianta eu colocar um desses jovens a fazer um curso avançado se ele não consegue desenvolver o básico”, explica Matheus.

*\*Para não expor os jovens, que se dispuseram a contar suas vidas e seus sonhos, os nomes são fictícios e as vozes que aparecem nos áudios são de colegas da Unisul.*